

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., elaboradas na forma das normas e instruções do Banco Central do Brasil e com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A UBS opera principalmente em Bolsa de Valores e de Mercadorias e Futuros e conduz suas operações por meio de uma sólida gestão de riscos. O componente organizacional de Ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução CMN 3.849. Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pelo sucesso alcançado no exercício.

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	2014	2013
Circulante		220.462	220.202
Disponibilidades	4	355	232
Aplicações interfinanceiras de liquidez		75.819	57.913
Aplicações no mercado aberto	5	75.819	57.913
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		6.472	-
Carteira própria		4.726	-
Outros créditos		138.635	161.028
Rendas a receber		15	18
Negociação e intermediação de valores	7	127.566	141.197
Diversos	8	11.136	19.945
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(82)	(132)
Outros valores e bens		927	1.029
Despesas antecipadas		927	1.029
Realizável a longo prazo		17.234	22.772
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos		6.472	8.129
Vinculados à prestação de garantias		7	8.129
Outros créditos		17.227	14.643
Negociação e intermediação de valores	7	54	67
Diversos	8	17.173	14.576
Permanente		2.133	2.573
Investimentos		-	-
Outros investimentos		130	130
(-) Provisão para perdas		(130)	(130)
Imobilizado de uso		9.1.238	1.251
Outras imobilizações de uso		4.123	3.688
(-) Depreciações acumuladas		(2.885)	(2.437)
Intangível		9.895	1.322
Intangível		4.080	4.054
(-) Amortizações acumuladas		(3.185)	(2.732)
Total do ativo		239.829	245.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital realizado	Reservas de lucros			
			Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Ajuste de valor patrimonial	Prejuízos acumulados
Saldo no início do semestre em 1º de julho de 2014		62.575	-	-	(8)	46.412
Ajustes no valor de mercado - TVM e derivativos		-	-	-	7	7
Lucro do semestre		-	-	-	8.035	8.035
Saldo no final do semestre em 31 de dezembro de 2014		62.575	-	-	(1)	(8.120)
Saldo no início do exercício em 1º de janeiro de 2014		29.387	-	-	-	24.785
Aumento de capital	13	33.188	-	-	-	33.188
Ajustes no valor de mercado - TVM e derivativos		-	-	-	(1)	(1)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.518)	(3.518)
Saldo no fim do exercício em 31 de dezembro de 2014		62.575	-	-	(1)	(8.120)
Saldo no início do exercício em 1º de janeiro de 2013		29.387	2.055	6.614	-	38.056
Reversão de reservas	13	-	(2.055)	-	-	2.055
Dividendos de exercícios anteriores	13	-	-	(6.614)	-	(6.614)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.657)	(6.657)
Saldo no fim do exercício em 31 de dezembro de 2013		29.387	-	-	-	(4.602)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e possui como objetivo social operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, subscrever, isoladamente ou em consórcios com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários, instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, intermediar operações no mercado de câmbio, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 29 de abril de 2010 foi firmado contrato de venda de 100% do capital social da Link Holding S.A (controladora de 100% do capital social da Link S.A. Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários) para o UBS AG. Em 31 de janeiro de 2013 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial que autorizou a referida venda, com a transferência efetiva de controle sendo realizada no dia 22 de fevereiro de 2013.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de março de 2015.

3. Principais práticas contábeis: a) **Apuração de resultado:** O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. b) **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, créditos tributários, estimativas de valor justo para títulos e valores mobiliários, outras provisões e determinação da vida útil de ativos permanentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa semestralmente as estimativas e premissas. c) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. d) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão de desvalorização, quando aplicável. e) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular n° 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos

vencimentos, e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado dessa valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Esses títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. f) **Negociação e intermediação de valores:** Demonstrada pelo saldo das operações realizadas na BM&FBovespa S.A. por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. g) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. h) **Permanente: Investimentos** - representados, substancialmente, por investimentos em incentivos fiscais e provisionado perda de 100%. **Imobilizado de uso** - são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária. **Intangível** - são registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária. i) **Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. **Provisões:** uma provisão é reconhecida no balanço quando a Corretora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. j) **Impostos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social:** a provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 ao ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. A provisão para imposto de renda foi constituída a alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi constituída a alíquota de 15%. Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução n° 3.355/06 do CMN. **Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade (COFINS):** são calculados sobre as receitas da Corretora, excluindo as deduções permitidas pela legislação em vigor, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Impostos Sobre Serviços (ISS): são calculados com base nas receitas sobre prestação de serviços à alíquota de 5%. k) **Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa:** Outros créditos são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n° 2.682/99 do CMN. l) **Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Um ativo está desvalorizado quando seu

Demonstrações do resultado - Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)				
	2º semestre			
	Notas	2014	2014	2013
Receitas de intermediação financeira		5.623	9.438	7.900
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5.621	9.438	7.892
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		2	-	8
Despesas de intermediação financeira		-	50	-
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	50	-
Resultado bruto da intermediação financeira		5.623	9.488	7.900
Outras receitas/despesas operacionais		(209)	(9.079)	(13.396)
Receitas de prestação de serviços	15	64.228	123.102	126.564
Despesas de pessoal	16	(30.009)	(70.197)	(81.360)
Outras despesas administrativas	17	(32.050)	(63.347)	(56.069)
Despesas tributárias	18	(6.728)	(12.888)	(13.169)
Outras receitas operacionais	19	5.243	16.777	12.237
Outras despesas operacionais	20	(893)	(2.526)	(1.599)
Resultado operacional		5.414	409	(5.496)
Resultado não operacional		-	-	(2.915)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		5.414	409	(8.411)
Imposto de renda e contribuição social		2.621	(3.927)	1.754
Impostos e contribuições sobre a renda corrente		-	-	(10.416)
Imposto de renda		-	-	(6.498)
Contribuição social		-	-	(3.918)
Impostos e contribuições sobre a renda diferidos	12	2.621	(3.927)	12.170
Imposto de renda		1.638	(2.454)	7.606
Contribuição social		983	(1.473)	4.564
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercícios		8.035	(3.518)	(6.657)
Nº de ações		5.858.988	5.858.988	1.945.096
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$		1,37	(0,60)	(3,42)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	2º semestre			
	Nota	2014	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		-	-	2.996
Lucro (prejuízo) do semestre/exercícios		8.035	(3.518)	(6.657)
Ajustes por:				
Atualização de depósito judicial		(849)	(1.418)	(724)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.621)	3.927	-
Prejuízo na baixa de investimentos, imobilizado e intangível		-	-	2.996
Provisões (reversões) para processos cíveis e fiscais		305	(1.699)	2.596
Atualização de passivos contingentes		956	2.329	1.408
Reversão de provisão para devedores duvidosos		-	(50)	-
Provisões (reversões) para bônus		6.554	(9.813)	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM disponível para venda		7	(1)	-
Depreciações e amortizações		435	901	1.950
Imposto de renda e contribuição social		-	-	10.416
Lucro líquido ajustado no semestre/exercícios		12.822	(9.342)	11.985
Varição em:				
Títulos e valores mobiliários e derivativos		23.316	3.396	10.880
Outros créditos		85.046	17.350	(54.886)
Outros valores e bens		(296)	102	(449)
Outras obrigações		(96.075)	(26.204)	47.102
		11.991	(5.356)	2.647
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais		24.813	(14.698)	14.632
Fluxo de caixa das atividades de investimento		-	-	-
Aquisição de imobilizado		(141)	(435)	(705)
Aquisição de intangível		(26)	(26)	(164)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(167)	(461)	(869)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		-	-	-
Aumento de capital		-	33.188	-
Pagamento de dividendos		-	-	(6.614)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	33.188	(6.614)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		24.646	18.029	7.149
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios		51.528	58.145	50.996
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	76.174	76.174	58.145
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		24.646	18.029	7.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN n° 3.566/2008, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do exercício. No exercício não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos. m) **Passivos e ativos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n° 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, conforme descrito abaixo: **Ativos:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. **Passivos:** são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e

quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com risco de perda possível são apenas divulgados e nenhuma provisão é reconhecida. Os passivos contingentes com o risco de perda remota não requerem divulgação e provisão. **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias: são registradas na rubrica fiscais e previdenciárias, representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão. n) **Fluxos de caixa:** Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa a Corretora utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos: (i) Transações que não envolvem caixa; (ii) Quaisquer diferimento ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; (iii) Itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou financiamento. o) **Lucro/prejuízo por ação:** A Corretora efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado. 4.

Caixa e equivalentes de caixa:

	2014	2013
Disponibilidades		
Depósitos bancários	355	232
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Notas do Tesouro Nacional	75.819	57.913
	76.174	58.145

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**Aplicações em operações compromissadas**

	2014	2013
Notas do Tesouro Nacional	75.819	57.913
	75.819	57.913

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e são representados por:

	2014			2013		
	Valor de custo/curva atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de custo/curva atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Carteira própria:						
Letras Financeiras do Tesouro	4.728	(2)	4.726	-	-	-
	4.728	(2)	4.726	-	-	-
Vinculados à prestação de garantia:						
Letras Financeiras do Tesouro	7	-	7	8.129	-	8.129
	7	-	7	8.129	-	8.129
	4.735	(2)	4.733	8.129	-	8.129

Os títulos públicos foram ajustados a valor de mercado com base na precificação interna, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, perfazendo o montante de R\$ 1 (R\$ 0 em 2013). Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto na data do balanço. No exercício não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários. **7. Outros créditos e outras obrigações - negociação e intermediação de valores:**

Ativo circulante**Outros créditos:****Negociação e intermediação de valores****Caixa de registro e liquidação****Devedores conta liquidações pendentes****Operações créditos por negociação e intermediação de valores****Operações de intermediação de swap****Outros créditos por negociação e intermediação de valores****Ativo realizável a longo prazo****Outros créditos:****Negociação e intermediação de valores****Operações de intermediação de swap****Passivo circulante****Outras obrigações:****Negociação e intermediação de valores****Comissões e corretagens a pagar****Credores conta liquidação pendente****Operações com mercado e ativos financeiros****8. Outros créditos - diversos:****Circulante****Adiantamentos e antecipações salariais****Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 12)****Impostos a compensar****Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 14)****Outros****Realizável a longo prazo****Depósito judicial (Nota 11)****9. Permanente:** a) **Imobilizado e intangível:** Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos do imobilizado e intangível estão representados por:

	% anual de depreciação/amortização	2014			2013	
		Valor de custo	Depreciação/amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Imobilizado de uso						
Móveis e equipamentos de uso	10	16	(1)	15	-	
Sistema de comunicações equipamentos	20	2	(2)	-	-	
Sistema de processamento de dados	20	4.105	(2.882)	1.223	1.251	
Total		4.123	(2.885)	1.238	1.251	
Intangível						
Software	20	4.080	(3.185)	895	1.322	
Total		4.080	(3.185)	895	1.322	

b) Movimentação do imobilizado e intangível:**Imobilizado de uso****Saldo no início do exercício****Adições****Baixas****Depreciação****Saldo no fim do exercício****Intangível****Saldo no início do exercício****Adições****Baixas****Amortização****Saldo no fim do exercício**

No exercício de 2013, houve baixa de imobilizado no valor de R\$1.407, do diferido no montante de R\$1.194 e intangível no montante de R\$346, gerando um resultado não operacional em perda na baixa de bens a ativos no montante de R\$2.947, substancialmente por obsolescência na mudança de endereço.

10. Outras obrigações**Circulante****Fiscais e previdenciárias****Impostos e contribuições sobre o lucro****Impostos e contribuições a recolher****Diversas****Provisão para pagamentos a efetuar****Despesas de pessoal****Outras despesas administrativas****Outros pagamentos****Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 14)****Contas a pagar - despesas administrativas****Outros****Exigível a longo prazo****Fiscais e previdenciárias****Impostos e contribuições contingentes (Nota 11)****Diversas****Provisão para passivos contingentes (Nota 11)****Em 2013, o montante de R\$13.779 referia-se a créditos resultantes de operações em bolsa de titularidade de um investidor não residente, em situação falimentar desde 2008. O montante foi liquidado integralmente em 2 de janeiro de 2014. **11. Passivos e ativos contingentes e obrigações legais:** A Corretora, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvida em contingências, como segue: **Obrigações legais** - a Corretora vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão integralmente provisionados e**

apresentados na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros créditos - diversos". A Corretora, com base na opinião de seus assessores legais, não espera a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas. **Passivos contingentes** - relacionados a ações judiciais de natureza cível, com base em informações dos assessores jurídicos e na análise das demandas, constituiu-se provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas. O saldo das provisões constituídas e a movimentação no exercício foram:

	Saldo inicial 31/12/2013	Adição (reversões) à provisão	Atualização monetária	Saldo final 31/12/2014	2014
					Depósito judicial (ativo)
Fiscais e previdenciárias					
COFINS (1)	6.663	(2.998)	337	4.002	4.833
PIS (2)	5.018	694	402	6.114	-
CSLL 9/15% (3)	5.758	52	449	6.259	6.477
IRPJ e CSLL (4)	5.476	-	354	5.830	5.843
IRPJ e CSLL (5)	4.455	-	787	5.242	20
Outros - INSS	189	3	-	192	20
Total de fiscais e previdenciárias	27.559	(2.249)	2.329	27.639	17.173
Provisão para passivos contingentes					
Cível	-	512	-	512	-
	-	512	-	512	-
Total	27.559	(1.737)	2.329	28.151	17.173

	Saldo inicial 31/12/2012	Adição (reversões) à provisão	Atualização monetária	Saldo final 31/12/2013	2013
					Depósito judicial (ativo)
Fiscais e previdenciárias					
COFINS (1)	6.094	245	324	6.663	3.791
PIS (2)	4.028	712	278	5.018	-
CSLL 9/15% (3)	3.835	1.573	350	5.758	5.278
IRPJ e CSLL (4)	5.210	-	266	5.476	5.487
IRPJ e CSLL (5)	4.265	-	190	4.455	-
Outros - INSS	123	66	-	189	20
Total de fiscais e previdenciárias	23.555	2.596	1.408	27.559	14.576

(1) COFINS - refere-se à provisão constituída sobre a discussão judicial em decorrência da expansão da base de cálculo da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 9.718/98 e permitir o recolhimento nos moldes da Lei Complementar 70/91. Em junho de 2013 a Liminar foi cassada e foi efetuado depósito judicial em relação ao tributo em discussão. A reversão ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 refere-se, substancialmente, à adequação do saldo por prescrição de parte dos débitos fiscais. (2) PIS - refere-se à provisão constituída sobre a discussão judicial em decorrência da expansão da base de cálculo da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS). Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei nº 9.701/98 e permitir o recolhimento nos moldes da Lei Complementar nº 07/70. (3) CSLL - refere-se à provisão constituída relativa à discussão judicial sobre a majoração da alíquota de 9% para 15% para instituições financeiras a partir de maio de 2008. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 11.727/08 e permitir o recolhimento nos moldes da legislação aplicável às empresas não financeiras. São efetuados depósitos judiciais da parcela do tributo em discussão. (4) IRPJ e CSLL - referem-se à provisão constituída sobre a tributação de imposto de renda e contribuição social referente à atualização patrimonial dos títulos da BM&F, acrescido de juros e multa. Não obstante considerar que a Portaria nº 785/77 e o precedente representado pela Decisão nº 13/97 levam à conclusão de que não é devida a tributação em questão, mas considerando as incertezas acerca do entendimento sobre o assunto pelas autoridades fiscais, a Administração, por unanimidade, fundamentada na opinião de seu assessor jurídico, decidiu pela constituição da provisão contábil em montante equivalente a fazer face ao eventual recolhimento dos tributos. O depósito judicial foi realizado espontaneamente pela Administração. (5) IRPJ e CSLL - referem-se à provisão constituída sobre a tributação de imposto de renda e contribuição social referente à atualização patrimonial dos títulos da Bovespa, acrescidos de juros e multa, as quais não foi determinado pela Justiça a realização do depósito judicial. **Ativos contingentes** - no exercício não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes. **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** • A Corretora é ré em processo administrativo instaurado em razão do não recolhimento do IRPJ e CSLL acumulados com juros de mora, multa de ofício e multas exigidas isoladamente, todos relativos ao ano-base 2008, alegadamente devidos em razão de suposto ganho de capital auferido no momento em que as ações da Bovespa Holding S.A., de sua titularidade foram incorporadas pela Nova Bolsa S.A. A atualização totaliza R\$103.653, e de acordo com a avaliação de nossos assessores jurídicos, o risco de perda é possível. Em fevereiro de 2015, a Corretora decidiu utilizar as condições diferenciadas de pagamento instituídas pelo Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) para pagamento do débito relativo ao IRPJ e à CSLL discutidos no processo administrativo relativo ao suposto ganho de capital auferido no momento em que as ações da Bovespa Holding S.A., de sua titularidade, foram incorporadas pela Nova Bolsa S.A. O impacto dos descontos nas multas e nos juros incidentes sobre o processo, considerando a opção pelo pagamento à vista do débito atualizado, acarretou na redução do montante discutido de R\$ 103.653 para R\$ 14.911. • Em 31 de dezembro de 2014, a Corretora possui 6 ações trabalhistas no montante de R\$ 1.270 (R\$ 623 em 2013), classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como de perda possível e para as quais não foram constituídas provisões. • Em 31 de dezembro de 2014, a Corretora possui 8 ações cíveis, no montante de R\$ 1.274 (R\$ 1.405 em 2013), classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como de perda possível e para as quais não foram constituídas provisões. **12. Imposto de renda e contribuição social:** a) **A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é a seguinte:**

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social - correntes				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	409	409	(8.411)	(8.411)

Adições/(exclusões):**Despesas não dedutíveis****Provisão contingências PIS e COFINS****Provisão para bônus****Reversão provisão para bônus****Atual. Passivos fiscais contingentes****Provisão para INSS contingente****Provisão cível****Atualização de depósitos judiciais****Reversão contingência fiscal - COFINS****Lucro real/prejuízo fiscal****Encargos às alíquotas de 15% para IR e 15% para CS****Adicional de 10% de IR****(-) Incentivo P. A. T.****Total****Apuração de imposto de renda e contribuição social - diferidos****Base de cálculo:****Provisão para bônus exercício atual****Reversão de provisão para bônus exercício anterior****Base de cálculo:****Encargos às alíquotas de 15% para IR e 15% para CS****Adicional de 10% de IR****Total****b) Créditos tributários:** Os créditos tributários apresentaram no exercício a seguinte movimentação:**Reversão/Utilização****31/12/2013****Constituição****31/12/2014****Provisão para bônus**

A Administração realiza periodicamente uma avaliação dos créditos tributários, tendo como premissa a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social sobre lucro em montante que justifique a ativação de tais valores. Com base em suas projeções econômicas de resultado, considera que aferirá lucro tributável, dentro do prazo regulamentar, para absorver todos os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras, constituídos sobre a provisão para bônus no montante de R\$ 8.245 (R\$ 12.170 em 2013). Estimamos que a realização do crédito tributário ocorra durante 2015. A Corretora possui créditos tributários de IR e CS não contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias sobre demandas judiciais no montante de R\$11.260 (R\$11.024 em 2013) e decorrentes de prejuízo fiscal sobre base negativa no montante de R\$2.114 (a Corretora não possuía base negativa em 2013). **13. Patrimônio líquido:** **Capital social:** O capital social está representado por 5.858.988 (1.945.096 em 2013) ações nominativas, sendo 5.858.988 em ações ordinárias (em 2013: 972.548 ações ordinárias e 972.548 ações preferenciais), subscritas por uma acionista domiciliada no país. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de maio de 2014, homologada pelo BACEN em 17 de junho de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$33.188, mediante emissão de 3.913.892 ações ordinárias e a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias. **Dividendos mínimos:** Os acionistas terão dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de um dividendo inferior ao dividendo obrigatório ou reter a totalidade do lucro líquido. No exercício de 2013 foi aprovada pela Administração a distribuição de dividendos, referente a lucros acumulados de exercícios anteriores registrados na rubrica de "Reserva de lucros", no montante de R\$6.614, conforme AGE de 20/01/2013. **Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria. **Juros sobre capital próprio:** Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram pagos juros sobre capital próprio conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. **14. Partes relacionadas:** Com

base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por: a) Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2014	2013	2014	2013
Valores a receber de sociedades ligadas:				
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda.	784	364	-	-
UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda.	326	-	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas:				
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda.	(14)	(377)	-	-
UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda.	(4.010)	-	-	-
Negociação intermediação de valores:				
Devedores conta liquidação pendentes (2)	44.756	-	-	-
Comissões e corretagens a pagar (1)	(370)	(3.512)	-	-
Credores conta liquidação pendentes (2)	(20.102)	-	-	-
Recuperação de encargos e despesas				
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda.	-	-	4.787	11.012
UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda.	-	-	3.242	141
Outras despesas administrativas				
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda.	-	-	(1.056)	(4.525)
UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda.	-	-	(26.013)	(9.829)

(1) Outras partes relacionadas. (2) Pessoal-chave da Administração e sociedades ligadas (basicamente UBS AG, London Branch). b) Remuneração de pessoal-chave da Administração: Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Corretora. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Corretora despendeu o montante de R\$2.578 (R\$1.078 em 2013) com remuneração às pessoas-chave da Administração, como segue abaixo demonstrado:

	2014	2013
Remuneração fixa	914	853
Bônus	971	-
Encargos sociais	693	225
Total	2.578	1.078

15. Receitas de prestação de serviços:

	2º semestre	2014	2013
Rendas de administração de clubes de investimentos	11	24	20
Rendas de comissões de colocação de títulos	576	1.259	3.252
Rendas de corretagens de operações em Bolsas	62.193	119.526	121.649
Rendas de serviços diferenciados - pessoa física	355	661	1.050
Rendas de outros serviços	1.093	1.632	593
Total	64.228	123.102	126.564

16. Despesas de pessoal:

	2º semestre	2014	2013
Despesa de honorários	-	-	204
Despesa de pessoal - benefícios	2.574	5.283	4.947
Despesa de pessoal - encargos sociais	6.527	13.148	12.819
Despesa de pessoal - proventos	14.023	30.393	31.277
Despesa de pessoal - proventos - bônus período/exercícios	6.554	20.611	31.677
Despesa de pessoal - treinamento	64	306	252
Despesa de remuneração de estagiários	267	456	184
Total	30.009	70.197	81.360

17. Outras despesas administrativas:

	2º semestre	2014	2013
Despesas com aluguel	238	489	2.386
Despesas com comunicações	3.539	7.099	7.047
Despesas manutenção e conservação	10	19	260
Despesas de material	20	69	66
Despesas com processamento de dados	3.133	6.562	8.130
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	634	1.203	991
Despesas de publicações, publicidade e propaganda	20	73	93
Despesas de seguros	20	20	-
Despesas com serviços do sistema financeiro	6.083	12.500	15.206
Despesas de serviços de terceiros	252	643	317
Despesas com serviços técnicos especializados	881	1.618	1.450
Despesas com transporte	80	162	228
Despesas de viagem	780	2.204	1.810
Despesa com atualização monetária de passivos	956	2.329	1.408
Despesa com depreciação e amortização	435	901	1.950
Despesas administrativas - Intercompany (*)	14.759	27.069	14.354
Outras despesas	210	387	373
Total	32.050	63.347	56.069

(*) Ressarcimento de despesas administrativas entre coligadas conforme contrato pactuado.

Bruno Costa Barino - Diretor

Ivan Luis Nacsa - TC CRC-1SP210951/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. - São Paulo - SP - Examinamos as demonstrações financeiras da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o

18. Despesas tributárias:

	2º Semestre	2014	2013
Despesas com impostos sobre serviços - ISS	3.211	6.154	6.327
Despesas de contribuição social - COFINS	2.800	5.310	5.391
Despesas de contribuição - PIS	455	863	876
Despesas de tributos federais	250	524	456
Despesas de tributos estaduais	-	-	109
Despesas de tributos municipais	12	37	10
Total	6.728	12.888	13.169

19. Outras receitas operacionais:

	2º Semestre	2014	2013
Recuperação de encargos e despesas	159	159	151
Atualização de depósito judicial	849	1.418	724
Variações monetárias	1	1	31
Erro operacional	27	73	14
Reversão de provisão de bônus exerc. anterior	-	3.567	-
Reversão de provisão de contingência fiscal - Cofins	-	3.384	-
Recuperação de encargos e despesas - Intercompany (*)	4.084	8.029	11.153
Outras	123	146	164
Total	5.243	16.777	12.237

(*) Ressarcimento de despesas administrativas entre coligadas conforme contrato pactuado.

20. Outras despesas operacionais:

	2º semestre	2014	2013
Despesas de erro operacional	842	1.644	1.303
Despesas de diferenças de emolumentos	6	41	114
Despesas de provisão processos judiciais - cíveis	-	512	-
Juros e multas sobre impostos	31	201	63.00
Outras	14	128	119
Total	893	2.526	1.599

21. Gerenciamento de riscos: A UBS Brasil Corretora tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática global e com os requerimentos locais. A Alta Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pela Corretora. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos da Corretora, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna. Há áreas específicas para o controle de cada disciplina de risco (mercado, crédito e operacional), além de área específica para riscos de corretora. Todos os riscos são discutidos em comitês específicos e a sua integração materializada através do Comitê de Controle de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos relevantes dos comitês específicos. a) **Gerenciamento de riscos de mercado:** A UBS Brasil Corretora possui política e procedimentos específicos, atendendo à regulamentação local e às diretrizes globais do UBS. A estrutura de limites é desenvolvida de forma a refletir o apetite ao risco da Corretora, sendo aprovada pela Alta Administração. A Corretora possui duas carteiras: a Trading, de pequena relevância, composta por posições provenientes de erros operacionais, e a Banking, composta pelo capital da Corretora, aplicada em títulos públicos, e operações compromissadas, usada na gestão do caixa. A gestão de risco é baseada em controles de risco (que inclui simulações de estresse), de resultado e de exposição, monitorados e reportados diariamente à Alta Administração pela área de Risco de Mercado. b) **Gerenciamento de riscos de liquidez:** O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por áreas independentes, sendo estas segregadas das áreas de negócio. O seu controle é executado em três níveis: • Intradiário: monitoramento, em tempo real, das entradas em conta corrente e dos débitos pela clearings; • Até D+ 3: rotina diária através da qual os saldos são projetados até D+3; e • Estratégico: modelos de gestão de liquidez, conforme a estrutura global da Corretora, com o suporte de comitê específico para a gestão de liquidez (ALCO). c) **Gerenciamento de riscos de crédito:** A gestão da exposição ao risco de crédito é baseada em uma estrutura de limites desenvolvida de forma a refletir o apetite ao risco da Corretora. O monitoramento desses limites é realizado pela área de Risco de Crédito através de relatórios enviados diariamente à Alta Administração. Cabe ressaltar, no entanto, que o risco de crédito incorrido pela Corretora é imaterial, dado que a quase totalidade das operações realizadas está no âmbito de câmaras de pagamento - CBLC e BM&F - nas quais a Corretora atua como intermediadora. d) **Gerenciamento de risco operacional:** Como o risco operacional é uma consequência inevitável de se estar em operação, sendo seu gerenciamento um elemento central das atividades de negócio, a UBS Corretora desenvolve em toda a empresa uma cultura de consciência de risco em que todos os colaboradores identificam, discutem, gerenciam e remediação riscos operacionais potenciais e reais. São utilizadas as taxonomias definidas através da Resolução CMN 3.380 para a categorização do risco operacional para o reporte local, que têm sua correspondência nas taxonomias globais do UBS. O controle do risco operacional é realizado por unidade específica e segregada das funções de auditoria e de negócios. Todos os pontos relevantes, inclusive relativos a perdas financeiras e a planos corretivos das deficiências identificadas, são apresentados à Alta Administração em comitês ou relatórios específicos, como o relatório Controles Internos e Risco Operacional.

22. Gerenciamento de capital: A estrutura de Gestão de capital consolida de forma estruturada as ações implementadas para fins de gestão de capital regulatório de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional (Resolução 3.988/11). A estrutura abrange os impactos no capital da empresa de forma compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços ofertados aos clientes e dimensão da exposição a riscos, fornecendo uma previsão confiável da suficiência do capital regulatório disponível tendo em vista objetivos estratégicos, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações previstas pela Administração. **23. Outras informações:** a) O volume de recursos de terceiros administrados de clubes de investimentos, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 3.456 (R\$ 4.975 em 2013). b) A UBS Brasil CCTVM concede benefício aos seus funcionários que aderiram ao plano de previdência complementar de contribuição definida. A despesa com a contribuição fixa e variável efetuada pela UBS Brasil CCTVM no exercício foi de R\$1.525 (R\$1.318 em 2013) e estão apresentadas em despesas de pessoal. O plano de previdência é administrado pela Mapfre Seguros S.A. c) Em maio de 2014, a Medida Provisória 627/2013 foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. A Corretora analisou a possibilidade prevista no artigo 75 dessa Lei no que se refere à possibilidade de optar pelos seus efeitos em 2014, e concluiu pela não adoção dessa faculdade, considerando a inviabilidade econômica que representaria essa adoção, pela majoração da carga tributária de algumas contribuições.

São Paulo, 27 de março de 2015.

auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador
CRC-1SP172167/O-6

Kátia Sayuri Teraoka Kam
Contadora
CRC-1SP272354/O-1